

**ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO**

**RESOLUÇÃO 01/2017
REGRAS PARA QUALIFICAÇÃO E DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
MESTRADO**

O Colegiado do Curso de Mestrado Acadêmico em Direito da Universidade de Caxias do Sul, no exercício das atribuições que lhe confere o regulamento do Programa e demais fontes de direito interno desta Universidade, edita a presente resolução.

QUALIFICAÇÃO

1. A banca de qualificação é formada pelo professor orientador e mais dois professores do mestrado;
2. Para fins de agendamento da qualificação, o estudante precisa entregar: a) o projeto de pesquisa já homologado pelo colegiado; b) um dos capítulos da dissertação; c) um resumo de cada um dos demais capítulos previstos.
3. O capítulo submetido à qualificação deve ser denso e completo; recomenda-se que tenha mais de 30 páginas, sem abusar de citações diretas longas e fazendo uso de diversas fontes de pesquisa.
4. O resumo de cada capítulo não entregue deve ter um mínimo de 500 palavras, e deve esclarecer os objetivos, método(s), resultados e/ou conclusões esperadas para o restante da pesquisa;
5. Os documentos submetidos à qualificação devem explicitar o caminho percorrido até então e o que se espera da pesquisa, ao final da dissertação; a pesquisa deve ser academicamente útil e viável.
6. A qualificação é o momento para eventuais correções de rumos, a serem apontadas pela banca examinadora, em conjunto com o(a) professor(a) orientador(a)

DISSERTAÇÃO

Gerais

1. De modo geral, o trabalho deve observar as normas técnicas (ABNT) que tratam da confecção de trabalhos acadêmicos, uso de numeração progressiva, resumo, sumário, apresentação de citações e referências.
2. As páginas devem ser numeradas

**ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO**

3. deve-se escolher apenas um sistema de citações (*autor-data* ou *notas de rodapé*) aplicá-lo em todo o trabalho.
4. A linguagem do trabalho deve estar na primeira pessoa do plural (nós) ou em linguagem impessoal (“pretende-se”, “o objetivo deste trabalho é...”). Recomenda-se a segunda opção, para a ampla maioria dos casos. A regra fundamental é que a linguagem deve ser padronizada a esse respeito.
5. Deve-se observar rigorosamente, no trabalho, as melhores práticas relativas ao cuidado com as fontes. Citações diretas devem ser fiéis à literalidade do texto original. Citações indiretas (por exemplo, a síntese, feita pelo autor da dissertação, das ideias ou argumentos constantes do trabalho citado), embora não literais, devem ser cuidadosamente referendadas, indicando-se a fonte. Apenas as ideias, informações e argumentos originais do autor da dissertação não são referendadas.
6. Muito embora não alcance um patamar de originalidade equivalente ao da tese de doutorado, a dissertação deve demonstrar posicionamento crítico, reflexivo, não consistindo em mera divulgação ou síntese das ideias, informações ou argumentos de terceiros.
7. Deve-se apresentar com clareza os principais referenciais teóricos utilizados. Os conceitos, teorias, autores e escolas de pensamento mais importantes para os propósitos do trabalho devem ser enunciados e, sempre que necessário, justificados. Deve-se tomar cuidado com a coerências entre os diversos referenciais teóricos, justificando escolhas pouco ortodoxas.

AGRADECIMENTOS

1. Caso o mestrando tenha recebido bolsa para realização do mestrado, deve citar o órgão que a concedeu nos agradecimentos.

Resumo

1. O Resumo deve conter, ao menos, os seguintes elementos:
 - a. Tema e objetivo geral
 - b. Metodologia (métodos, técnicas e/ou procedimentos utilizados)
 - c. Principais resultados alcançados
 - d. Conclusão principal
2. A linguagem deve ser impessoal e não deve utilizar o tempo futuro, pois o resumo é escrito após o trabalho estar concluído.
3. Palavras-chave: até seis palavras-chave. Sugere-se que as palavras revelem, com clareza, a vinculação à linha de pesquisa do PPGDir/UCS que o mestrando integra. Sugere-se que ao menos duas sejam utilizadas pelo professor orientador e seu grupo de pesquisa e/ou projetos de pesquisa.

**ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO**

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

1. Traduzir o trabalho para língua(s) estrangeira(s) que permitam a maior inserção científica do trabalho. Usar preferencialmente o *Abstract* (Resumo em língua inglesa) e, eventualmente, também o *Resumen* (Espanhol), *Résumé* (Francês), além outros cabíveis.
2. Evitar sites de tradução automática.
3. Preferencialmente, contratar um profissional para realizar a tradução.
4. Os principais erros de tradução ocorrem nas palavras *direito*, *direitos*, *lei*, *doutrina* e *jurisprudência*.

Introdução

A introdução deve conter, ao menos, os seguintes elementos:

1. Contextualização e delimitação do tema (o que está sendo pesquisado).
2. Justificativa (por que está sendo pesquisado). Inclui as razões da escolha do tema e a demonstração da aderência do trabalho à área de concentração, à linha de pesquisa do PPGDir/UCS às quais se vincula o trabalho, bem como ao projeto de pesquisa do orientador.
3. Marco teórico (conceitos, autores ou correntes teóricas às quais o trabalho é filiado, com os quais o autor do trabalho interage)
4. Justificação do trabalho em face do chamado “estado da arte”. Ou seja., referência ao nível mais alto alcançado pelas pesquisas científicas mais importantes naquele recorte temático, explicando porque a dissertação contribuirá com o comunidade acadêmica no seu aprofundamento.
5. Problema (questões de pesquisa às quais se pretende responder)
6. Hipóteses (quais são as possíveis respostas ao problema levantadas na fase de projeto)
7. Objetivo geral da pesquisa.
8. Objetivos específicos (usualmente associadas a capítulos ou seções específicas do trabalho)
9. Breve explicação acerca da estruturação do trabalho em capítulos
10. Metodologia (como a pesquisa foi realizada; métodos, técnicas e procedimentos que a orientaram)

Desenvolvimento

1. O primeiro capítulo depois da introdução deve ser numerado como “2”, pois a introdução, que é elemento textual, deve ser numerada como “1”
2. O desenvolvimento deve ser estruturado em capítulos. Usualmente, são redigidos 3 capítulos, mas esse número pode ser maior ou menor, conforme a necessidade do trabalho, desde que observados os itens 3 a 5 abaixo

**ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO**

3. Os capítulos devem ser todos densos e consistentes, autônomos e interconectados.
4. A ordenação dos capítulos deve ser lógica e coerente.
5. Os capítulos devem ser equilibrados em volume e bem articulados ente si. A esse respeito, o texto deve fazer remissões aos demais capítulos sempre que necessário. Sugere-se a utilização de parágrafos de transição entre os capítulos e subcapítulos, demonstrando-se ao leitor a coesão entre as seções.
6. Não é conveniente perder tempo trabalhando com temas “batidos”, nem com evoluções históricas ou referências ao direito comparado *a não ser que esse procedimento seja importante para os objetivos da pesquisa.*
7. Não convém apresentar títulos órfãos: após cada título de capítulo ou de subcapítulo deve haver um texto correspondente.
8. O uso do *apud* deve ser evitado, salvo quando a obra original, a qual contém a ideia, informação ou argumento a serem utilizados, for de difícil obtenção. Por outro lado, é sempre preferível fazer citação de segunda mão do que *não citar a fonte*, pecado capital em qualquer trabalho acadêmico.

Considerações finais

1. Apresentar os resultados alcançados e debater as principais conclusões da pesquisa.
2. Retomar o problema que constou na introdução, para demonstrar o problema foi respondido. Essa operação não pode, contudo, resultar na mera reprodução de frases e parágrafos: o objetivo de rememorar as questões de pesquisa e os resultados parciais é articulá-los, não repeti-los.
3. Evidenciar a importância de seu trabalho para o meio acadêmico (vide observações acima acerca do “estado da arte”) e para a sociedade.
4. Discutir possíveis continuções da sua pesquisa, abordagens promissoras indicadas pela investigação.

Referências

1. O nome deste tópico não é "Referências bibliográficas" nem "Bibliografia", porque nem todas as fontes são bibliográficas.
2. A bibliografia deve ser densa, de maneira a dar conta do “estado da arte” no tema central do trabalho, e amparar de maneira consistente os resultados e conclusões alcançados.

**ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO**

3. Não abusar dos manuais: manuais servem para os graduandos serem introduzidos ao tema; o uso de manuais é aceitável quando não há obras mais densas sobre o assunto; quando a pesquisa tem como objeto de pesquisa o discurso dos juristas sobre o tema; ou, de forma econômica, para explicitar qual é o posicionamento doutrinário mais comum sobre o tema, como preliminar de uma investigação mais aprofundada.
4. Tomar cuidado com o uso de sítios eletrônicos. Não utilizar textos de redes sociais e de *blogs*, a não ser que a pesquisa tenha como objetivo estudá-los cientificamente. Utilizar sítios eletrônicos governamentais para obter dados oficiais ou para explicitar o tratamento governamental sobre o tema. Não utilizar artigos de revistas que não têm uma avaliação séria de seu conteúdo. Evitar utilizar como fontes *sites* como *wikipedia*¹, *jusnavigandi*, *conjur*, *jurisway*. De modo geral, não utilizar fontes que apresentem pouca credibilidade científica, salvo se integrarem o próprio objeto da investigação (por exemplo, investigar como os jornais trataram determinado tema, de maneira a revelar um determinado conteúdo “ideológico” da mídia, e assim por diante).
5. Citar todas as obras de professores do Programa que venham a se mostrar pertinentes, principalmente, mas não só, do(a) professor(a) orientador(a).
6. Citar artigos da Revista do Programa, disponíveis em <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental>>, bem como dissertações e teses defendidas no PPGDIR/UCS, sempre de maneira coerente.
7. Fazer uma busca exaustiva nos periódicos científicos mais importantes na área, bem como nas dissertações e teses dos principais programas de pós-graduação no Brasil. O uso de periódicos e teses estrangeiras qualifica a pesquisa.

x DISPOSIÇÕES GERAIS

x.x Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do PPGDir.

Caxias do Sul, 02 de maio de 2017.

1 <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/02/apos-reportagem-do-g1-perfil-de-jurista-ficticio-na-wikipedia-e-apagado.html>
<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/02/perfil-falso-na-wikipedia-e-citado-em-decisao-judicial-e-trabalho-academico.html>